

Relações de Gênero, Raça e Classe: Uma análise sobre a trajetória das Mulheres da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa em Catolé do Rocha - PB.

Vivianne de Sousa¹.

Resumo.

Ao focar na história de vida das mulheres quilombolas da Lagoa Rasa - Catolé do Rocha (PB), são destacadas histórias, percursos e trajetórias políticos sociais e culturais, o que implica em discutir as relações de gênero, raça e classe. Isso nos traz para o campo da interseccionalidade. Desse modo, atravessamos e nos apoiamos no feminismo negro, que tem refletido sobre essas relações. Tais dinâmicas amalgamam os territórios em meio a contextos de subordinação e imposições, reproduzindo historicamente, uma sequência de violências e negação de direitos. Busco, por meio das intelectuais negras, debater sobre as vivências e resistências das mulheres quilombolas do sertão da Paraíba, que por sua vez, reivindicam o território e o acesso às políticas públicas e têm se reinventado nesses contextos, ocupando diversos espaços sociais.

Palavras-Chave: Mulheres quilombolas, interseccionalidade, Sertão da Paraíba

Introdução

O impulso para a escrita deste artigo é conduzido pelo desafio do debate a partir das visões sobre gênero, raça e classe. Vivenciamos uma época em que é urgente perceber o que se tem produzido no que tange as relações de gênero e poder, e como essas questões refletem a necessidade de apreender o modo como pensamos sobre nós e a sociedade em que estamos inseridas.

Nesse sentido, essa inquietação será refletida a partir da vivência e da trajetória na Luta por Direitos, protagonizada pelas mulheres negras, especificamente na Comunidade Quilombola Lagoa Rasa, localizada no município de Catolé do Rocha – PB, considerando o processo de organização política e os modos de vida da comunidade, assim como também o cotidiano destas mulheres - que é refletido nas lutas e reivindicações.

Este artigo se relaciona com o percurso que vem sendo desenvolvido na pesquisa de doutorado no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, na linha intitulada Cultura e Identidades. Essa trajetória tem início nas reflexões desenvolvidas, durante a pesquisa no mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas – PPGDH/UFPB e os trabalhos de campo² que vem sendo realizados desde 2015, na graduação em

¹ Doutoranda em Ciências Sociais – PPGCS - UFCG

² Os trabalhos de campo foram desenvolvidos em 2015 e 2016, contudo, eu já possuía uma relação prévia com a comunidade que foi estabelecida por intermédio do trabalho de extensão desenvolvido pela ONG Visão Mundial/ Projeto Xiquexique – Ponto de Cultura SerTão Cultural entre os anos de 2010 – 2013, que me permitiu uma convivência direta com essas comunidades no desenvolvimento de oficinas educativas sobre gênero, direitos humanos, cidadania e políticas públicas. Essa relação possibilitou um caminho aberto para a realização do trabalho de campo e para a convivência com a comunidade, pois já haviam laços estabelecidos.

Licenciatura em Letras em 2009 pela UEPB e nas ações de extensão desenvolvidas na comunidade entre 2010 e 2012.

Considero uma discussão que manifesta constante movimento de reflexões e observações, tendo em vista a dinamicidade dos tempos e dos contextos sociais que afetam essas populações e suas dinâmicas.

Algumas das reflexões que apresento aqui fazem parte deste contato com as comunidades negras paraibanas e, com maior ênfase, as sertanejas bem como o levantamento bibliográfico realizado no decorrer do processo formativo e vivencial. Destaco também o modo como este tema me atravessa e configura inquietações na trajetória acadêmica e na atuação junto aos movimentos sociais, compondo um universo de diferentes aprendizagens e percepções que se constituíram nos espaços políticos e sociais.

Enquanto pesquisadora, mulher, negra e sertaneja, permito-me transpor, por meio deste artigo, os encontros da elaboração diária do se constituir mulher pesquisadora na academia no atual contexto que estamos vivenciando, este espaço que foi historicamente negado as mulheres oriundas da classe trabalhadora e rural no Brasil.

Eis o desafio e a tarefa constante e eminente em pesquisar mulheres negras sertanejas em um cenário conservador e de crescente aumento das violências, preconceitos, exclusões e de fascismo. Neste percurso, cujo enraizamento histórico produz impactos ao longo dos anos na formação do estado no Brasil, ou seja, no processo de formação do Estado brasileiro, destinou-se aos negros e seus descendentes um lugar marginal e às mulheres negras se fez então uma aposta ainda mais dura. Ademais, esta demanda também se configura enquanto uma responsabilidade e compromisso político, acadêmico e social com as populações negras brasileiras.

Inspirada nas *escrevivências* de Conceição Evaristo³, me arrisco a escrever este artigo sobre a vida e a experiência das mulheres negras em 1ª pessoa, nesses caminhos inspirados pelas pensadoras negras feministas e por Akotirene (2019, p. 15):

Proponho cantiga decolonial por razões psíquicas, intelectuais, espirituais, em nome d'águas atlânticas. Mulheres negras infiltradas na Academia, engajadas em desfazerem rotas hegemônicas da teoria feminista e maternarem a-feto, de si, em prol de quem sangra, porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros.

³ Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946. De origem humilde, migrou para o Rio de Janeiro na década de 1970. Graduada em Letras pela UFRJ, trabalhou como professora da rede pública de ensino da capital fluminense. É Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em: 10 jul. 2020.

Realizo a escolha de me deixar conduzir pelas palavras de Bell Hooks (2019), pesquisadora e ativista negra, quando esta afirma que a linguagem é um lugar de luta e, por conseguinte, constitui ações de resistência que por sua vez se configuram como um trabalho de libertação e, na maioria das vezes: autorecuperação⁴. Não anulo as emoções na relação com a ciência, me inspiro em Akotirene (2019, p. 15) e conduzo esse caminho.

Antes de se preparar o pensamento feminista negro e a interseccionalidade como metodologias, a encruzilhada engolia oferendas analíticas contra nós, razão de depositar neste texto pontos de vistas produzidos pelas intelectuais negras, escrever pretuguês brasileiro, como Lélia Gonzalez, pensadora amefricana – já que neocolonizadores acadêmicos não podem abocanhar a interseccionalidade e nem sequer têm autoridade para dominar o ponto de vista feminista negro.

Hooks (2019) compreende a escrita de mulheres como um ato de restauração. Tal relação tem sido fundamental para compreender a trajetória das mulheres quilombolas, sobretudo como elas têm se reinventado e reproduzido seus saberes.

Neste caminho acadêmico, muitas vezes espinhoso, é importante deixar nítido que as afetações e atravessamentos sociais e políticos são indissociáveis à nossa construção e postura diante do mundo. Desse modo, o comprometimento feminista me estimulou a inquietação e reflexão sobre as mulheres quilombolas de Lagoa Rasa no cenário atual, considerando o processo histórico no qual estamos imersas coletivamente - e sendo afetadas de inúmeras formas diferentes. Como afirma, Anzaldúa (1981, p. 90):

O perigo ao escrever é não conectar nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade da sociedade que vivemos, com nossa intimidade, nossa história, nossa economia e perspectivas. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para chegar à escrita. Nenhum assunto é muito trivial. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno à custa de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico.

Nasci e realizei meu processo formativo educacional e político, no sertão da Paraíba, especificamente no município de Catolé do Rocha. Nesse sentido, o ato de desenvolver a pesquisa acadêmica na minha cidade natal configura-se na tarefa permanente de romper possíveis silêncios e sistematizar experiências percebidas nestes espaços durante este caminho. Tal percurso não começa hoje e nem se encerra amanhã, contudo, se faz a cada dia. Percebo as diversas matizes da temática sobre as populações quilombolas e como estes conceitos estão intrínsecos no nosso cotidiano, de modo multifacetado e dinâmico, dispondo de inúmeras nuances que se manifestam de modos singulares nas regiões da Paraíba.

⁴ “A linguagem é também um lugar de luta. O oprimido luta na linguagem para recuperar a si mesmo – para reescrever, reconciliar, renovar.” (HOOKS, 2019, p. 73)

São cenários de resistência e violência cotidianos os quais relato e exponho no decorrer deste artigo, lançando o olhar nas mulheres negras, destacando os seus modos de Ser, Sentir e Agir. Com efeito, dou ênfase a como tais trajetórias retroalimentam caminhos importantes de reprodução, ocupação, formação de comunidades e luta pela terra, elucido pontos que contextualizam esses cenários que forjam e coexistem junto a essas mulheres.

Este artigo apresenta traços dos caminhos percorridos por essas mulheres, dando relevo a como elas se formaram, se reinventaram e produziram dinâmicas de resistência e experiências que se configuram em seus territórios - entremeados por relações de poder, traços existentes e perceptíveis na sociedade em Catolé do Rocha - PB.

Com intuito de organizar a sistematização do percurso da pesquisa, este artigo se encontra estruturado no seguinte desenho: inicialmente trago à tona a caracterização territorial e social da localização que essa pesquisa é realizada; na sequência, o debate sobre a emergência da temática quilombola em Catolé do Rocha e como os fatores identitários se configuram nas interações sociais; posteriormente o recorte sobre as Relações de Gênero, Raça e Classe, pautado pelo conceito da interseccionalidade, que na perspectiva de Creenshaw (2002) trata-se de uma conceituação que captura as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, nesse caso, o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe. Por fim, as considerações finais, que trazem algumas reflexões e apontamentos oportunizados pelo percurso analítico-investigativo – e também vivencial.

“Catolé do Rocha, Praça de Guerra”⁵:

Esse tópico apresenta em seu título um verso da música do cantor e compositor catoleense Chico Cesar, este município que é localizado no interior do estado da Paraíba, Nordeste brasileiro, onde se localizam as comunidades quilombolas sobre as quais estamos tratando neste artigo.

Quero ressaltar neste momento Catolé do Rocha – Praça de Guerra, terra de lutas e resistências, um território de disputas políticas, sociais e culturais que continuamente se opõe às exclusões sociais, vanguarda dos movimentos de organização estudantil na Paraíba, frente à ditadura-civil militar na década de 1960⁶, um território inquieto de batalhas, disputas, narrativas que se

⁵ Música *Beradêro*, de autoria do cantor e compositor catoleense Chico Cesar, disponível em: <https://www.letras.mus.br/chicocesar/128518/>. Acesso em: 10 jul. 2020

⁶ O documentário sobre a organização política estudantil contra a ditadura na década de 1960, *Praça de Guerra*, de Edmilson Junior, aborda um caso de levante armado contra a ditadura em Catolé do Rocha. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d7wc8Pz9ehA>. Acesso em: 20 jun. 2020.

elaboram em sua trajetória ao longo dos processos - e, muitas vezes, são traduzidos nas letras e poesias, um lugar que foi e é cenário de muita potência de “Mama África”⁷.

Catolé do Rocha se situa geograficamente, no alto sertão paraibano, a aproximadamente 417 km de distância da capital paraibana, João Pessoa, numa região de clima semiárido, com basicamente duas estações climáticas definidas, inverno e verão, e de acordo com o IBGE, 30.684⁸ habitantes, sendo a população estimada em 2020. Abaixo, temos o mapa que localiza a região sertaneja, no espaço paraibano:

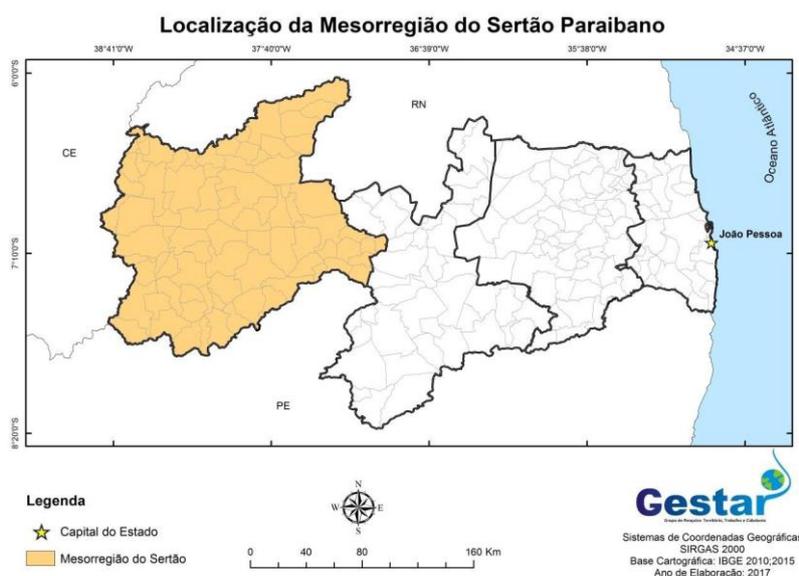


Figura 1: Mapa da região do Sertão da Paraíba (Fonte: Gestar)

A dimensão do contexto territorial em que a pesquisa se desenvolve e ocupa, de acordo com Sousa (2018), diz respeito à criação da Freguesia Nossa Senhora dos Remédios de Catolé do Rocha. Esta foi criada pela Lei n. 5 de 26 de maio de 1835, a mesma que criou o município. Sua descrição compreende os povoados de Belém, Brejo do Cruz e Caipora. Belém está situado no sertão, a quatro léguas ao norte da Vila e sua economia consistia em criação e lavouras; Brejo do Cruz, situada a seis léguas, também ao norte da Vila.

Catolé do Rocha, com efeito, se insere no espaço sertanejo paraibano. Durante sua história e composição social, cultural e econômica, vivenciou a influência de diferentes sujeitos históricos, de acordo com Sousa (2018, p. 36): “indígenas, colonizadores, escravizados que povoaram essa região e que constituíram como um espaço de vivências e conflitos”.

⁷ “Mulher, negra, mãe solteira, pobre, essa é a Mama África de Chico César, uma pessoa forte. Ela é como milhares de mulheres brasileiras, a mulher descendente de africanos, que trabalha em uma loja popular (Casas Bahia) e também faz o serviço de casa e que, apesar da dupla jornada, tem a generosidade materna da Mama África”. Disponível em: <https://www.secabc.org.br/secabc/musica-e-trabalho-chico-cesar-canta-mama-africa-uma-cancao-sobre-a-dubla-jornada-de-uma-comerciarista/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/catole-do-rocha>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Esses elementos remontam a reflexão de como as influências étnicas se constituem na formação desse território do ponto de vista social, cultural e político. Tais elementos emergem na trajetória da formação desse lugar produzindo práticas, modos de vida e trajetórias que se desenham no percurso e se reproduzem nas experiências percebidas nas famílias, de modo que segue à reverberação contínua dos traços e manifestações culturais na sua população. Por conseguinte, há um reflexo dessas reverberações nas habitações, nas vestimentas, nas reuniões de família e também no modo como esse contingente percebe o mundo. Vale destacar que a influência do povo negro no sertão foi historicamente negada e desconsiderada nos registros das histórias oficiais, traços de uma sociedade fundada no colonialismo.

Contudo, diante do cenário que visualizamos, é inevitável não tratar dos danos causados pelo colonialismo na nossa história e no contexto organizativo durante o processo de formação do Estado brasileiro, que se refletem nas relações micro sociais, tendo em vista as influências colonizadoras diretas nas vivências. Nesse contexto, me aproximo ao conceito de Césaire (2020, p. 10-11) sobre a colonização:

É concordar que não é evangelização, nem empreendimento filantrópico, nem vontade de empurrar para trás as fronteiras da ignorância, da doença e da tirania, nem expansão de Deus, nem extensão do Direito; é admitir de uma vez por todas, se recuar antes as consequências, que o gesto decisivo aqui é do aventureiro e do pirata, dos merceeiros em geral, do armador, do garimpeiro e do comerciante; do apetite e da força, com a sombra maléfica, por trás, de uma forma de civilização que, em um momento de sua história, se vê obrigada internamente a estender à escala mundial a concorrência de suas economias antagônicas. [...] Da colonização a civilização, a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais despachadas, não sobraria um único valor humano.

A colonização gerou danos, para além dos outros fatores sociais, que precisam ser mencionados quando tratamos da população negra, uma vez que este processo não ocorreu de forma casual, minando o desenvolvimento das economias naturais, harmoniosas e viáveis. Esse processo para Césaire (2020, p. 10) significa “ser enganado em sua boa-fé pela hipocrisia coletiva, perita em situar mal os problemas para melhor legitimar as odiosas soluções oferecidas.”

De acordo com Maia (2013), Catolé do Rocha é um município que está inserido em um contexto relacionado ao poder dos coronéis e à manutenção do patrimônio fundiário, projetando uma fama nacional em torno das oligarquias. Sua tese vai descrever-la a partir do agronegócio no semiárido nordestino, indicando que a cidade tem sido percebida nos termos da tradição, do atraso, do abandono e do latifúndio, produzindo, em contrapartida, uma invisibilidade deste espaço que é também constituído social e politicamente.

A contextualização e a caracterização do campo da pesquisa que apresento brevemente neste *corpus* corrobora com a premissa de entendermos o contexto social, político e cultural em que as mulheres negras sertanejas se localizam do ponto de vista territorial. Nessa perspectiva, compreender suas manifestações e diferenças, as formas como se organizaram, se colocam social e culturalmente e como influenciaram a elaboração desta trajetória no sertão da Paraíba. Esse são elementos fundamentais para que possamos compreender e analisar como esse território é formado e reproduzido.

Para Leonardi (1996, p. 309) “a vida social no grande sertão brasileiro se constituiu, a partir de um emaranhado de instituições, processos econômicos, comunicações verbais, formas de comportamento”. Este é um espaço que historicamente é composto por colonizadores, homens e mulheres pobres livres, libertos e escravizados.

Esses são elementos que incorporo neste artigo e que me envolvo no decorrer do processo formativo e de pesquisa, do ponto de vista teórico e das experiências viabilizadas pelo contato com o campo e seus desdobramentos a níveis locais e estaduais.

Por sua vez, ressalto a importância e a potência relacionada a vida das mulheres negras sertanejas, que ocupam e elaboram suas histórias neste território composto por negações e estruturas de poder racistas, patriarcais e classistas. São vários os desafios que persistem nestas terras, como, por exemplo, a ausência da posse da terra e a garantia de direitos direcionados às populações negras, assim como uma trajetória de subalternidade, presente nas relações sociais deste lugar. Abaixo temos a imagem retirada do Instagram⁹ da Comunidade Lagoa Rasa:

⁹ Dado o contexto da Pandemia da Covid-19 utilizamos como uma das fontes de imagens o Instagram da comunidade Lagoa Rasa: @comunidade_lagoa_rasa, que foi criado em 16 de dezembro de 2020 para divulgar a comunidade e as suas respectivas ações.



comunidade_lagoa_rasa
Lagoa Rasa



COMUNIDADE DE LAGOA RASA

A simplicidade é uma arte que poucos artistas vêm, e lindo de se admira a moradia de um sertanejo
Trabalhador e honesto, que Trabalha todos os dias para o sustento de seus filhos, que cria o campo E
planta seu alimento, isso sim é uma pessoa de minha admiração e respeito.
O morador dessa casa é nego Chico cabra velho arreitado.



Fonte Da Imagem: Yan Kauê

Figura 2: Comunidade Quilombola Lagoa Rasa (Fonte: Instagram)

Nesta fotografia postada no dia 26 de fevereiro no perfil da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa no Instagram, podemos perceber os elementos da paisagem rural com as quais os moradores e moradoras tecem suas relações de identidade e pertença. No texto escrito pelo jovem quilombola Yan Kauê, podemos perceber também a relação de identidade com a territorialidade sertaneja, o trabalho rural e as relações familiares. Tais pontos, ilustram o eixo temático desse artigo.

A categorização dos elementos da paisagem do ponto de vista material e simbólico que circundam diariamente as experiências das mulheres negras sertanejas constroem esse percurso com elementos que compõe o cotidiano das comunidades quilombolas. Nesse processo vêm à tona alguns pontos, como as violências irreparáveis causadas pelo colonialismo, e que ganharam novas dimensões nesta trajetória. Para tanto, destaco as palavras de Collins (2020, p. 139):

Uma vez que os homens brancos da elite controlaram as estruturas de validação do conhecimento ocidental, seus interesses permeiam temas, paradigmas e epistemologias do trabalho acadêmico tradicional. Consequentemente, as experiências de mulheres negras norte americanas, bem como as experiências de mulheres afrodescendentes na esfera transnacional, têm sido distorcidas ou excluídas daquilo que é definido como conhecimento.

Nessa perspectiva, destaco os vários conhecimentos que foram subjugados e subalternizados no que tange ao lugar das mulheres negras sertanejas: a supressão das suas ideias, o controle dos homens brancos sob seus corpos e a violência dos territórios materiais e simbólicos. Contudo, destaco que há tempo esses grupos tem desenvolvido seus valores e formas de (re)existência de modo independente, na maioria das vezes invalidado pela sociedade e marginalizado pelos racismos e a força do patriarcado – que combinados exercem diversas formas de dominação social.

Na imagem abaixo podemos perceber a presença de uma das lideranças mulheres da comunidade Quilombola Lagoa Rasa em um salutar momento histórico e político da comunidade:



Figura 3: Construção da associação de moradores da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa (Fonte: Instagram)

A fotografia acima, postada na rede social da comunidade¹⁰, nos apresenta Francisca Maria da Silva (Bidia), fundadora da Associação Comunitária da Comunidade Quilombola, participando do momento de construção da sede, um fato marcante para a comunidade, tendo em vista que até os dias atuais a Sede da Associação se mantém ativa com sua rotina de reuniões e eleições, contribuindo para que a dinâmica política e social da comunidade se mantenha em tempos adversos de escasso acesso as políticas públicas e restritos espaços de participação da sociedade civil junto ao poder público.

Por fim, a apresentação do contexto sertanejo de subjetividades e de relações de poder, bem como todos os elementos citados, possuem o intuito e o esforço intencional de relacionar e despertar a compreensão de como esse cenário produz elementos que compõem os modos como mulheres conduzem, ocupam e manifestam seus modos de vida na comunidade Lagoa Rasa, em Catolé do Rocha (PB).

É premente destacar que essas trajetórias presentes neste cenário produzem modos específicos de perceber como as mulheres negras sertanejas se organizam e se posicionam frente aos desafios produzidos nesses contextos: elas sempre estiveram à frente da organização política da comunidade.

¹⁰ Perfil da Comunidade no Instagram, onde são postadas as ações sobre a comunidade.

Outro ponto a ser considerado é a influência da Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's¹¹ no processo de mobilização e formação política das comunidades negras.

Desde a década de 1980 a comunidade tem se organizado politicamente como movimento negro, com a influência de Frei Dimas. “Mesmo antes da gente se chamar Quilombola, nós já erámos do movimento negro”, afirma Dona Terezinha, moradora da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa.



Figura 4: a ação das CEBs na articulação política da comunidade (Fonte: Instagram)

Na imagem acima retirada da rede social da comunidade, trata-se de um registro durante o período de mobilização das CEB's sobre as articulações do povo negro. Na legenda, também podemos perceber como a comunidade se comunica e expõe suas posições em relação ao respeito e a igualdade.

Considero as dinâmicas culturais e de emergências identitárias presentes na comunidade quilombola Lagoa Rasa como elementos fundamentais de debate e levantamento de evidências e

¹¹ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) surgiram no Brasil como um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar [...]. Os bispos do Brasil já haviam feito a opção pelas “comunidades de base” desde 1966, para tornar a Igreja mais viva, mais corresponsável e mais integrada. As CEBs foram consideradas atividade “urgente” pelos bispos, para renovar as paróquias. [...] Devido ao contexto específico da sociedade brasileira, que vivia sob o regime de exceção, com cerceamento dos direitos civis, as CEBs se tornaram uma plataforma válida e eficiente para as mudanças sociais, apresentando ainda as bases de uma nova sociedade. Disponível em: <http://www.vidapastoral.com.br/artigos/eclesiologia/a-identidade-dascebs/>. Acesso em: 10 fev. 2021

dados. Estes últimos se referem as interações sociais, as rotinas da associação comunitária, as relações familiares e de parentesco e as manifestações culturais, de modo que os estudos das trajetórias das mulheres e os espaços de disputa e de reprodução de laços familiares, demonstram como esse território se mobiliza e quais agenciamentos são produzidos nesses espaços de poder.

Nesse percurso, aciono memórias individuais e, por sua vez, nessas vozes individuais aparecem as memórias coletivas, para compreender o modo como essas dinâmicas retroalimentam o sentido de comunidade, e promovem a razão da indissociabilidade das categorias: terra, trabalho e família. Utilizamos o mapeamento por meio da memória coletiva das comunidades que construíram a genealogia desses grupos, identificando a história de permanência das famílias no território. Por meio das memórias individual e coletiva capturamos elementos que constituem os territórios quilombolas. Segundo Halbwachs (2003, p. 86) “ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova”.

Nas linhas a seguir, busco construir uma breve contextualização de como se desenvolve a questão quilombola em Catolé do Rocha, tendo em vista os aspectos da emergência étnica e como esses valores e temas se localizam nessa sociedade diante dos contextos sociais e históricos.

“Meu pai e minha mãe são negros, hoje eu sou quilombola e luto pelos direitos da nossa comunidade.¹²”

As Comunidades Eclesiais de Base foram uma das principais responsáveis, para que esse território iniciasse o processo de organização política, com os momentos formativos. Concomitante a eles ocorriam ações e os/as moradores/as se apropriavam dos seus direitos, liderando pautas de reivindicação e se reconhecendo como comunidade negra rural.

Os encontros eram realizados nas casas dos/as moradores, e como era uma entidade ligada à Igreja Católica, possuía um trânsito livre e de fácil acesso à comunidade. Destaco que mesmo com toda a influência do catolicismo, religião predominante das comunidades quilombolas de Catolé do Rocha, apenas na segunda década dos anos 2000 a comunidade conseguiu construir uma igreja no terreno cedido pelo proprietário da terra, sendo que a sede da associação comunitária foi construída anteriormente, também por meio de doação de terreno.

Quero aproveitar, para mostrar a potência e impacto da educação popular, pois nesse contexto ela se fez fundamental e de extrema importância. Para isso, considero as experiências vivenciadas e o contato com as instituições locais e considero que o município relega ao esquecimento a temática étnico-racial, tendo em vista o currículo real adotado pelas escolas de educação formal na zona urbana

¹² Trecho da fala de Francisca Maria, mais conhecida como Bidia, Liderança Negra

e rural, apesar da Lei 10.639¹³, de Janeiro de 2003, desconsideram e silenciam a existência de quatro comunidades quilombolas no município de Catolé do Rocha. Isso ocorre também com a existência das 42 comunidades quilombolas no estado da Paraíba, apesar da contabilização de 17 anos de existência da Lei 10639, sendo que esse fato foi constatado durante a pesquisa no curso de mestrado, desenvolvido nos anos de 2015-2017.

A comunidade Lagoa Rasa atualmente não tem uma escola funcionando, fato condiciona as crianças e adolescentes a se deslocar diariamente para ter acesso à educação na zona urbana. O município não possui nenhum planejamento direcionado à rede pública para a formação dos/as professores/as em torno da garantia e execução da Lei 10.639, o que nos remete a perceber o cenário de desafios que essas comunidades estão imersas. Para Gonzalez (2020, p. 3)

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. Na verdade, o que se faz é folclorizar todos eles. E o que é que fica? A impressão de que só homens, os homens brancos, social e economicamente privilegiados, foram os únicos a construir este país. A essa mentira tripla dá-se o nome de sexismo, racismo e elitismo. E como ainda existe muita mulher que se sente inferiorizada diante do homem, muito negro diante do branco e muito pobre diante do rico, a gente tem mais é que mostrar que não é assim, né?

É nítido que o fato das organizações da sociedade civil, historicamente protagonizam processos formativos de cunho político social, no município de Catolé do Rocha. Um dos exemplos é o movimento de reconhecimento étnico vivenciado pela comunidade quilombola Lagoa Rasa, iniciado na década de 1980. Tal mobilização contou com os momentos de formação política, desenvolvidas por meio da educação popular, tendo como via de politização e formação social as organizações da sociedade civil e associação comunitária, que no decorrer dos anos continuou contribuindo com estas comunidades. Destaco a presença da Comissão Pastoral da Terra – CPT¹⁴ e da AACADE¹⁵, entidades presentes nas comunidades quilombolas de Catolé do Rocha,

¹³ "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.

¹⁴ Comissão Pastoral da Terra - A CPT foi criada para ser um serviço à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e de ser um suporte para a sua organização. O homem e a mulher do campo são os que definem os rumos a seguir, seus objetivos e metas. Eles e elas são os protagonistas de sua própria história. A CPT os acompanha, não cegamente, mas com espírito crítico. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 10 Jul. 2020.

¹⁵ Associação de apoio as comunidades afrodescendentes (AACADE) Disponível em: <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com/p/aacade.html>. Acesso em: 10 Jul. 2020.

desempenhando papéis fundamentais para o fortalecimento da agenda de lutas e reivindicações dessas comunidades, que potencializaram as ações iniciadas na década de 1980 e difundiram novas informações relacionadas a direitos e políticas públicas.

Esse período foi de grande valor para o aprofundamento da pauta quilombola e finalmente a ampliação do debate sobre os direitos constitucionais e racismos presentes na sociedade frente ao município de Catolé do Rocha. Nesse momento, a comunidade Lagoa Rasa tomou grande fôlego, ganhou visibilidade municipal e estadual, conquistou a possibilidade de ampliar o diálogo com a sociedade e, para além da organização política, recebeu sua certificação¹⁶ e colaborou com os processos organizativos de outras comunidades localizadas no sertão da Paraíba. Esse trânsito possibilitou que outras comunidades negras sertanejas se reconhecessem, buscassem a certificação, resultando no dado que atualmente o Sertão da Paraíba possui a maior quantidade de comunidades quilombolas reconhecidas no estado.

Segundo Schmitt, Turatti e Carvalho (2002), é o sentimento de pertencimento a um grupo e a uma terra que torna uma comunidade capaz de se autodefinir e se autoafirmar, como forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam.

Para tanto, é necessário contextualizar que esse movimento ocorre no momento em que o termo quilombo se inscreve na legislação brasileira na Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e define:

Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.
§ 1.º – Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades de quilombo será atestada mediante auto-definição da própria comunidade.

¹⁶ Para que uma comunidade tenha acesso à política de regularização de territórios quilombolas é necessário que ela se autorreconheça como um quilombo. É preciso também que haja uma relação histórica com o território reivindicado. Estes fatores devem constar do pedido de autodefinição enviado à Palmares, que é a instituição responsável pela análise das informações e pela emissão da Certidão de Autorreconhecimento. Após emitir o certificado, a Palmares dá o suporte para que a comunidade adquira o documento definitivo de posse da terra, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – ou seja, a titulação, que garante a propriedade do território e a autonomia da comunidade. O INCRA é responsável pelo levantamento territorial e estudos antropológicos e históricos, para a correta demarcação da área a ser titulada. Mesmo após essa etapa, a Fundação garante assistência jurídica em diferentes níveis, visando à defesa do território contra invasões ou qualquer outro tipo de violência. Seu papel, portanto, é formalizar a existência das comunidades quilombolas, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania, conforme estabelecido no decreto nº 4.887 – não por acaso, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=538. Acesso em: 02 mai. 2020.

§ 2.º – São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3.º – Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental. (BRASIL, 1988)

Nesse sentido, a história nos permite perceber que alguns dados são de suma importância para entender esse cenário. Destaco que com a redemocratização do Estado brasileiro, houve a ratificação de diversos tratados internacionais de Direitos Humanos que serviram de subsídio na elaboração da nova Constituição Federal. Considero importante elucidar a reflexão sobre o texto da constituição feita por O'Dwyer (2002):

Acontece, porém, que o texto constitucional não evoca apenas uma “identidade histórica” que pode ser assumida e acionada na forma da lei. Segundo o texto, é preciso, sobretudo, que esses sujeitos históricos presumíveis existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar uma terra que, por direito, deverá ser em seu nome titulada (como reza o artigo 68º do ADCT). Assim, qualquer invocação ao passado, deve corresponder a uma forma atual de existência, que pode realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lugar num universo social determinado. (O'DWYER, 2002, p. 2).

Ressaltamos a proteção e garantia dos Direitos Humanos, assegurando também às comunidades quilombolas tanto a não discriminação e a identidade cultural quanto os direitos territoriais, sendo uma das conquistas o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal de 1988, que resultou em um período histórico de conquistas e lutas para a população negra, viabilizando o fortalecimento de outras pautas presentes no movimento negro.

Arruti ao tratar dessas regulamentações ratificadas pelo Estado, apresenta a seguinte definição de Quilombo:

Categoria social relativamente recente representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começa a penetrar o meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde as antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros em torno dos terreiros de candomblé. (ARRUTI, 2005, p. 26).

Com essa definição, Arruti (2005) afirmar que, embora esses grupos tenham um passado histórico longo, à categoria social quilombola incorporada recentemente cabe discutir as demandas das demarcações de terras Quilombolas como um processo que inclui desde a luta por território, como a organização política das populações, até suas demarcações. Constitui-se, desse modo, intrínsecos todos os processos que influenciam diretamente na conquista da terra e na garantia deste direito humano, inclusive às políticas públicas.

O reconhecimento desses grupos étnicos no sertão da Paraíba ocorre a partir de 2005, lembrando que no restante do Brasil também se faz com demora e através de lutas pelas classificações - 17 anos depois do Direito garantido na Constituição Federal de 1988. Esse caminho começou no

território paraibano há quinze anos, sendo que os avanços e o acesso às políticas ainda não são suficientes para essa população. Destacamos que nenhuma dessas comunidades localizadas em Catolé do Rocha possui um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação¹⁷ e, conseqüentemente, não se avançou no processo de titulação das suas referidas terras.

A comunidade quilombola Lagoa Rasa iniciou o processo de reconhecimento e busca pela certificação do território durante os anos 2000 e, especificamente, em 28/07/2006 recebeu seu título de certificação, sendo que a partir desse momento contribuiu diretamente para o reconhecimento das outras três comunidades quilombolas de Catolé do Rocha. Houve, com efeito, influência na organização, formação política e reivindicação pela certificação via Fundação Cultural Palmares. Para esta mobilização se contou com o apoio da AACADE, da CPT e da Secretaria Estadual da Diversidade Humana, sendo que estes órgãos da sociedade civil e do espaço estatal contribuíram na mobilização, na articulação da comunidade e na organização dos documentos. É importante considerar que esta foi a última etapa cumprida dos processos de reivindicação pelo título de posse da terra, e a comunidade não possui Relatório Técnico de Identificação e Delimitação realizado.

Atualmente, Catolé do Rocha é o município que conta com o maior número de comunidades quilombolas reconhecidas na Paraíba. No mapa abaixo, podemos ver a disposição dessas, que totalizam quatro comunidades quilombolas, sendo três possuidora do título de auto reconhecimento e uma com o processo tramitando na FCP. São elas: Comunidade Quilombola Lagoa Rasa, Comunidade Quilombola Curralinho/Jatobá, Comunidade Quilombola São Pedro dos Miguéis e Comunidade Quilombola Pau de Leite, sendo todas estas, localizadas no perímetro rural do município.

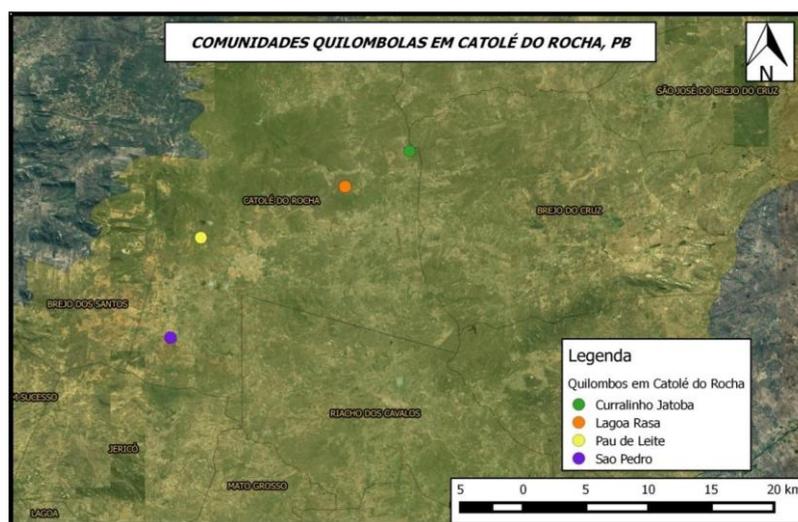


Figura 5: Mapa da localização das Comunidades Quilombolas de Catolé do Rocha. Dezembro de 2015. (Fonte: Google Maps)

¹⁷ Relatório elaborado como etapa do reconhecimento oficial de uma comunidade quilombola

Para entender o universo do estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, ressaltamos que atualmente totalizam o número de 42 Comunidades Quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP).

Segundo dados do Governo Federal, desde o início de suas atividades, a Fundação Cultural Palmares certificou 3.432 comunidades quilombolas e a região Nordeste conta com a maioria de 2.169 comunidades certificadas, sendo 42 no Estado da Paraíba. Os dados da Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-Descendentes - AACADE¹⁸ apontam que o sertão da Paraíba possui o maior número de comunidades Quilombolas do estado.

O movimento de luta pela terra, configurado na Constituição Federal de 1988, que garante o direito à terra, e no conceito da sua função social, se potencializa no próprio território, apesar do precário acesso às políticas públicas e a ausência de execução e garantia dos Direitos Humanos. Na definição da ABA, a territorialidade desses grupos pode ser entendida como:

A ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece à sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade. (DOCUMENTO DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE COMUNIDADES NEGRAS, 1994, p. 81-82).

É perceptível o quão longo e burocrático se faz esse processo para garantia da terra às populações quilombolas, considerando também as dificuldades como analfabetismo e o acesso à informação e uma linguagem acessível a essas populações. Esse dado é um dos fatores que reforça o imaginário social difundido local e nacionalmente, que coloca a condição social da população negra no sertão numa situação de invisibilidade e silenciamento do ponto de vista acadêmico. Hooks (2019, p. 39) pontua que:

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta.

Este artigo busca somar-se as demais pesquisas que se debruçam sobre a trajetória da luta por direito das comunidades quilombolas de Catolé do Rocha com intuito de dar visibilidade as trajetórias de resistências que as configuram: a luta pela terra e pelos direitos garantidos na Constituição Federal de 1988.

¹⁸ AACADE – Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro- Descendentes. Disponível em: <http://quilombosdapaiba.blogspot.com.br/p/aacade.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Nesse sentido, quero elencar as pesquisas sobre as populações quilombolas que possuem dados relacionados ao município de Catolé do Rocha – PB, no tocante a temática das comunidades negras: Sousa (2017), Sousa (2018), Galiza (1979), Sousa (2016), Barreto (2012) e Clavo (2016).

As relações de gênero, raça e classe.

As mulheres negras, as quais me proponho a desenvolver uma reflexão neste tópico, apresentam-se em constante dinamismo de reinvenção e buscas de modos de viver, ressignificando, interagindo e se recriando a cada novo momento, se moldando e se constituindo pelas trajetórias e urgências. Segundo Gonzalez (1983, p. 104):

No que diz respeito à luta pela vida, compreendida na resistência cotidiana que acolhe é a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família, aquela que desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência [...] é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder.

Essas mulheres, que recebem a autorização social de ocupar apenas o espaço privado, contudo, são as que se lançam no mundo e coabitam diversos lugares de violência e resistência, se demonstram em constante trânsito entre as fronteiras e têm ocupado os espaços sociais, religiosos e políticos. Quero aqui demonstrar os diversos espaços ocupados pelas mulheres quilombolas da Comunidade Lagoa Rasa a partir dos registros fotográficos coletados nas suas redes sociais:



Figura 6: Tributo à Francisca Joaquina, liderança histórica da comunidade (Fonte: Instagram)

Nesse registro existe uma menção de agradecimento a Francisca Joaquina enquanto presidente da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa. Na imagem, um momento de representação de uma peça teatral que nos remete à discussão identitária acerca das diásporas africanas modernas, ocorridas em meados nos anos 1990, segundo Francisca Joaquina.

Apesar de tratarmos pouco da produção artesanal da comunidade, neste artigo e ao longo destas discussões, quero citar a produção de bonecas de pano, realizada pela artesã Eliza, sendo este

também um espaço ocupado pelas mulheres quilombolas de Lagoa Rasa. Abaixo temos mais um registro cuja fonte é a rede social da comunidade:



Figura 7: Artesanato comunidade quilombola Lagoa Rasa (Fonte: Instagram)

Em fevereiro em 2021 a Associação Comunitária da Comunidade Quilombola Lagoa Rasa se reuniu para eleição de mais um mandato presidencial e, como podemos ver na imagem abaixo, as mulheres estavam presentes nesse momento. Essa é uma evidência de que apesar das ameaças e perdas de direitos, a associação tem tentado se manter organizada e seguindo sua agenda de reivindicações sociais e políticas.



Figura 8: Assembleia para eleger a diretoria da associação de moradores da Lagoa Rasa (Fonte: Instagram)

Outro ponto importante a ser destacado é o lugar ocupado por Francisca Maria nas disputas eleitorais municipais. Em 2020, apesar da Pandemia da Covid-19 ela esteve nas disputas das eleições. No pleito municipal de 2016 tive a oportunidade de acompanhar o cotidiano da sua campanha eleitoral. Assim, de acordo com Sousa (2017):

Nos palanques da campanha majoritária e proporcional, o discurso seguia mesma linha de afirmação enquanto mulher negra, pobre e que estava lá para defender as classes populares e para buscar projetos e alternativas de geração e trabalho e renda. Foi ressaltado inúmeras vezes a ausência de uma mulher negra na câmara de vereadores que pudesse representar as mulheres de Catolé do Rocha, pois até então a única vereadora mulher é a filha do prefeito, branca e de classe alta, que não representa a totalidade das mulheres de Catolé.

Francisca Maria da Silva foi a primeira candidata mulher quilombola de Catolé do Rocha, enfrentando todo o contexto de oligarquias, machismo, coronelismo, racismo, sexismo e preconceitos de classe.

Luto por uma política do bem comum, que acabe com o assistencialismo que pra votar o povo não troque seu voto por um milheiro de tijolo, penso numa política para a qualidade de vida, quero ser uma vereadora diferente e autêntica, que elabore projetos e que realize audiências com as comunidades. Eu jamais quero ser uma vereadora de voto comprado, mas sim uma vereadora funcionária do povo. (Discurso em um Comício da Campanha de Vereadora de Bidia – setembro de 2016)

Em 2016 ela se lançou candidata novamente pelo Partido Verde – PV em uma coligação do PRB, PT, PTdoB, PSD, PSB, PR, PSL, PTN. Foi a única candidata negra da coligação. E em 2020, esteve na Coligação do DEM Unidos para Avançar – DEM, PSDB, PP, PTB.



Figura 9: Cartaz da campanha de Bidia para a Câmara de Vereadores de Catolé do Rocha – setembro de 2016 (Fonte: arquivo pessoal/Vivianne Sousa)



Figura 10: Imagem de divulgação da campanha de Bidia à Câmara de Vereadores de Catolé do Rocha nas eleições 2020. (Fonte: Instagram)

Nas imagens acima, elucido momentos de eleições distintas em que Francisca Maria – Bidia, se lançou candidata a vereadora em Catolé do Rocha – PB, em ambos os pleitos não alcançou a vitória. Contudo, é importante destacar que em 2020 também teve a candidatura de uma liderança feminina quilombola, do quilombo São Pedro, Luzinete Alves da Costa – Lulu, pelo Partido dos Trabalhadores, que também não conseguiu se eleger.



Figura 11: Registro da candidatura de Luzinete Alves da Costa à Câmara de Vereadores de Catolé do Rocha nas eleições 2020. (Fonte: TRE-PB).

Por sua vez, Catolé do Rocha- PB em 2020 teve duas candidaturas de mulheres quilombolas em suas eleições, possibilitando a visibilidade da pauta de reivindicações e direitos, assim também como a luta dessas mulheres para ocupar espaços historicamente negados, fazendo o enfrentamento direto ao racismo, machismo e ao classismo. Contudo, mais uma vez, a Câmara de Vereadores por mais quatro anos, terá apenas uma mulher, oriunda da classe alta, branca e sem aproximação com as pautas das mulheres negras. De acordo com Lorde (1984, p. 243) “em um sistema de poder patriarcal onde o privilégio de ter pele branca é uma escora importante.”

Para esta reflexão aciono o conceito de interseccionalidade, considerado oriundo do feminismo negro e que atualmente ganha lugar na agenda de debate sobre a mulher negra. Tal noção possui inspiração nas mulheres negras norte-americanas e, nesse caso, Patricia Hill Collins, segundo Conceição Nogueira (2017), é consagrada como a autora que instaura a discussão sobre interseccionalidade, autora que criou o conceito de “matriz de dominação” (COLLINS, 1998, p. 200). Essa ferramenta teórico-metodológica de análise foi sistematizada por Crenshaw, que nos diz que:

Desde então, o termo demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais as condições estruturais, o racismo, o sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (CRENSHAW, 1991, p. 54)

Perceber as narrativas das mulheres negras sertanejas, sedimenta o caminho de análise para entender como essas mulheres tem influenciado cultural, política e socialmente o sertão da Paraíba. Nos últimos anos, desde o processo de auto reconhecimento das comunidades quilombolas¹⁹, o município de Catolé do Rocha – PB vivencia a efervescência e a presença constante das mulheres negras ocupando os espaços públicos de reivindicação de direitos e luta pelo acesso às políticas públicas. É notório como essas mulheres negras tem buscado ampliar a pauta de debate, apesar das violências sofridas contidamente, impressas por meio do racismo e do machismo.

A maioria da população da comunidade quilombola Lagoa Rasa é formada por mulheres negras, pobres e sertanejas e que, para entendimento deste cenário, me aproximo da conceituação Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A emergência e importância deste debate está associada aos modos de resistência manifestados por essas mulheres negras sertanejas durante longos períodos históricos e o contexto de efervescência dos debates sobre mulheres negras e feminismo negro, desde a tradução de obras de Bell Hooks²⁰ e Angela Davis²¹, até a organização política de movimentos sociais, às páginas nas

¹⁹ Lagoa Rasa, certificação em 28/07/2006; Currallinho/Jatobá certificação em 13/12/2006; São Pedro dos Miguéis certificação em 13/12/2006; Pau de Leite em Processo.

²⁰ Bell Hooks nasceu em 1952 em Hopkinsville, uma cidade rural do estado de Kentucky, no sul dos Estados Unidos. Batizada como Gloria Jean Watkins, adotou o nome pelo qual é conhecida em homenagem à bisavó, Bell Blair Hooks. Formou-se em literatura inglesa na Universidade de Stanford, fez mestrado na Universidade de Wisconsin e doutorado na Universidade da Califórnia. Seus principais estudos estão dirigidos à discussão sobre raça, gênero e classe e às relações sociais opressivas, com ênfase em temas como arte, história, feminismo, educação e mídia de massas. É autora de mais de trinta livros de vários gêneros, como crítica cultural, teoria, memórias, poesia e infantil. Disponível em: <https://www.editoraelefante.com.br/quem-e-bell-hooks/>. Acesso em: 13 jul. de 2020

²¹ O nome verdadeiro é Ângela Yvonne Davis, nascida no dia 26 de janeiro de 1944, em Birmingham, estado do Alabama. O fato que a tornou famosa, já aconteceu há quase 36 anos, em Marin County, estado da Califórnia, dia 7 de agosto de 1970. Ela foi acusada de fornecer as armas usadas pelos militantes dos Panteras Negras, nos protestos que estes que fizeram da Assembleia Legislativa daquele estado. Atualmente, Ângela é professora do Departamento de História da Universidade da Califórnia, a mesma que já lhe negara a chance no passado. Continua sua militância política de combate ao racismo e na defesa dos direitos das mulheres. Já esteve no Brasil por diversas vezes, convidada por organizações-não-governamentais de mulheres negras. Além disso, a filósofa Davis é escritora dos livros: *Women, Race and Class* (Mulheres, Classe e Raça) – sobre o movimento feminista; *If They*

redes sociais que difundem o combate ao racismo, a morte de Marielle Franco²², a popularização do livro intitulado *Pequeno Manual Antirracista*, da autora Djamila Ribeiro²³ e na literatura o recente ressurgimento de Carolina Maria de Jesus²⁴, se desdobram e se configuram como fatores permanentes de debates e reflexões em nossa sociedade. Apesar dos avanços conservadores, podemos elucidar como o movimento feminista negro no Brasil tem construído sua narrativa e ocupado a mídia, a política, as artes e a sociedade.

É imprescindível afirmar que, de acordo com Carneiro (2003, p. 273):

As denúncias sobre essa dimensão da problemática da mulher na sociedade brasileira, que é o silêncio sobre outras formas de opressão que não somente o sexismo, vem exigindo a reelaboração do discurso e das práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil.

Tendo em vista que, nas palavras de Davis (1944, p. 109):

De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade.

As mulheres negras têm se colocado a partir das suas vivências e suas especificidades ao longo do tempo, como podemos perceber nas candidaturas de Francisca Maria – Bidia. Essas trajetórias,

Come in The Morning: Voice Of Resistance (Quando Vier o Amanhecer: Vozes da Resistência) – que traz uma análise marxista da opressão racial dos Estados Unidos e o último é Blues Legacies And Black Feminism (O legado do Blues e o Feminismo Negro) – que retrata a contribuição das mulheres negras do início do século 20 para o feminismo, principalmente através de cantoras como Billie Holiday e Bessie Smith. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/angela-davis-2/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

²² Marielle Franco é mulher, negra, mãe e cria da favela da Maré. Socióloga com mestrado em Administração Pública. Foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro pelo PSOL, com 46.502 votos. Foi também Presidente da Comissão da Mulher da Câmara. No dia 14/03/2018 foi assassinada em um atentado ao carro onde estava. 13 Tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. Quem mandou matar Marielle mal podia imaginar que ela era semente, e que milhões de Marielles em todo mundo se levantariam no dia seguinte. Disponível em: <https://www.mariellefranco.com.br/quem-e-marielle-franco-vereadora>. Acesso em: 13 Jul. de 2020.

²³ Djamila Taís Ribeiro dos Santos, nasceu em 01 de agosto de 1980, em Santos, São Paulo. Ela iniciou o contato com a militância ainda na infância. Uma das grandes influências foi o pai, estivador, militante e comunista, um homem que mesmo com pouco estudo formal, era culto. “Desde muito cedo, eu e meus dois irmãos vivemos nesse meio. Com seis anos, já íamos para atos. A gente debatia esses temas em casa, e meu pai nos fazia estudar a história do nosso povo”, relembra. O movimento feminista entrou na vida da filósofa aos 19 anos, quando conheceu a ONG Casa de Cultura da Mulher Negra, em Santos, onde trabalhou por cerca de quatro anos. Lá teve contato com obras de feministas e de mulheres negras e passou a estudar temas relacionados a gênero e raça.[2] Graduiu-se em Filosofia pela Unifesp, em 2012, e tornou-se mestre em Filosofia Política na mesma instituição, em 2015, com ênfase em teoria feminista. Em 2005, interrompeu uma graduação em Jornalismo. Suas principais atuações são nos seguintes temas: relações raciais e de gênero e feminismo. Disponível em: <https://mulheresnaciencia.com.br/mulheres-em-todas-as-cores-djamila-ribeiro/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

²⁴ Carolina Maria de Jesus é uma das primeiras autoras negras publicadas no Brasil e teve sua vida atravessada pela miséria e pela fome. Favelada e catadora de papel, narrou em seus escritos a vida dura que teve desde a infância. Além de instrumento de denúncia social produzido por alguém que efetivamente vivia nessas condições de vida devastadoras, suas mais de cinco mil páginas manuscritas, entre romances, contos, crônicas, poemas, peças de teatro, canções e textos de gênero híbrido, dotadas de estilo próprio, confrontam os ditames da tradição literária e da norma padrão culta da língua. Carolina foi publicada em mais de 40 países e traduzida para 14 línguas. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/literatura/carolina-maria-de-jesus.htm>. Acesso em: 13 jul. 2020.

por sua vez, nos levam a pensar em como estas narrativas influenciam no nosso cotidiano. Podemos, então, nos remeter a fatos diários, assim também como às pautas dos movimentos sociais em torno do fortalecimento do debate que se elabora socialmente em torno de gênero, raça e classe.

Quando analiso as mulheres quilombolas de Lagoa Rasa, identifico em suas vivências questões sociais como: grande parte das mulheres possuem apenas o ensino fundamental incompleto, condições precárias de trabalho, ausência do título de posse de terra, relações de compadrio e paternalismo para o acesso a água e ao direito ao plantio. Por esses aspectos, é urgente associar gênero, raça e classe ao analisarmos a sociedade e os reflexos desses conceitos nas organizações políticas e seus impactos no estado. Para tratar deste contexto, acionamos a noção de interseccionalidade definida por Akotirene (2019, p. 14):

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Para Hooks (2019, p. 19) “enfrentar o medo de se manifestar e, com coragem, confrontar o poder continua a ser uma agenda vital para todas as mulheres”, esses cotidianos precisam ser lembrados diariamente e as configuram em uma luta por memória contra os esquecimentos. Nesse sentido, vemos como essas mulheres tem se organizado ao longo dos anos e se colocado enquanto lideranças de suas comunidades.

Na imagem abaixo, vemos duas gerações de mulheres quilombolas em um momento de entrevista na Rádio de Catolé do Rocha, Luciana França²⁵ e Francisca Maria – Bidia.



Figura 12: Duas gerações de mulheres quilomboas em Catolé do Rocha (Fonte: Instagram)

²⁵ Luciana França atualmente é mestranda em Sociologia no PPGS – UFPB e cursou Ciências Sociais na UFPB, sendo beneficiária da bolsa permanência.

É patente as percepções diante da exclusão, interiorização e subordinação feminina em detrimento do domínio masculino, que de acordo com Rosaldo (1974) pode ser considerado um fato universal na vida social e que é possível perceber através da manifestação histórica do patriarcado na sociedade. Trago ao texto as palavras de Crenshaw (2004, p. 1):

Meu objetivo é apresentar uma estrutura provisória que nos permita identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, de modo a compreender melhor como essas discriminações operam juntas, limitando as chances de sucesso das mulheres negras. O segundo objetivo é enfatizar a necessidade de emprendermos esforços abrangentes para eliminar essas barreiras.

Em uma linha histórica, é mais imediato relacionar a imagem da mulher ao âmbito da feminilidade, sexualidade, fertilidade e reprodução do que a associação direta a cargos de governança que estariam em oposição à dominação e à ordem patriarcal. Nesse caso, podemos associar o fato do quanto é difícil as candidaturas de mulheres quilombolas no sertão da Paraíba serem vitoriosas haja visto os contextos entremeados pelas relações que subjagam gênero, raça e classe.

Ao longo desse tempo acompanhando as comunidades quilombolas de Catolé do Rocha, percebo que a ocupação das mulheres quilombolas nos espaços públicos produz a introdução e mobilização das questões relacionadas aos sentidos de igualdade e justiça social como pré-requisitos fundamentais de garantia dos direitos constitucionais. Ou seja, a cada entrevista, discurso, folheto, postagem nas redes sociais se amplia a ocupação das mulheres negras em espaços pautando suas reivindicações coletivas e plurais.

Atualmente, a pauta comum dessas comunidades, tem sido o direito à terra. Contudo, percebemos o quanto o declínio ao acesso às políticas públicas desde 2016²⁶ tem afetado consideravelmente a vida dessas populações em todos os aspectos, tendo em vista que as políticas públicas acessadas ainda não eram suficientes para as realidades dessas populações. Hoje elas se encontram com o acesso absolutamente precário.

As famílias quilombolas, em sua maioria são chefiadas por mulheres organizadas em associações comunitárias, sendo uma das agências que elas se utilizam para reivindicação dos seus direitos. Os discursos são apropriados das categorias de trabalho que podem ser percebidas pela prática da agricultura, plantio nos quintais e criação de pequenos animais, assim também como o cultivo de plantas medicinais, acionando a pauta da permanência e direito a terra.

Tais dinâmicas amalgamam os territórios em meio a contextos de subordinação e imposições reproduzidas historicamente por grandes proprietários de terras, que permanecem mobilizando violências em detrimento da ocupação histórica das famílias negras nessas terras. São territórios

²⁶ Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff perdeu o cargo de Presidente da República após três meses de tramitação do processo iniciado no Senado, que culminou com uma votação em plenário resultando em 61 votos a favor e 20 contra o impedimento.

entremeados por relações de poder, visíveis e veladas, que se reproduzem continuamente nas estruturas sociais e estatais, levando a negação de direitos e do acesso às políticas públicas.

Os processos de certificação são extremamente lentos e onerosos e atualmente vivenciamos um contexto global da Pandemia da Covid-19 e um presidente racista, que levou o reconhecimento de comunidades quilombolas ao menor patamar da história do Brasil²⁷. Além desse dado, o atual chefe do Estado brasileiro proferiu publicamente em palestra para a comunidade judaica em que disparou a frase: “Quilombola não serve nem para procriar.”²⁸ Esses fatos demonstram os desafios constantes de sobrevivência e organização das comunidades quilombolas no país e, especificamente, em Catolé do Rocha.

Na falta de expectativas de novas possibilidades e horizontes de mudança a curto prazo, Hooks (2019, p. 32) traduz meu sentimento quando eu lembro dos primeiros contatos com essas mulheres, em 2010: “Foi nesse mundo de conversas de mulher (os homens estavam ora silenciosos, ora ausentes) que nasceu em mim um anseio de falar, de ter uma voz.” Lanço aqui nestas linhas essa vivência, fruto do contato com estas mulheres negras sertanejas que se reinventam e fazem do seu corpo territórios de luta e enfrentamento aos grandes proprietários de terra e, muitas vezes, ao Estado, que se nega a considerar essas comunidades dignas de certificação, reproduzindo inúmeras formas patriarcais da opressão.

Os processos sociais que constato durante a pesquisa demonstram que as mulheres negras envolvidas assumindo posturas de lideranças são usualmente percebidas com pouco reconhecimento, nessa perspectiva. Também destaco que, por outro lado, Rosaldo (1974, p. 28) “considera a mulher como estrategista e agente social elástica enfrentando em sua vida diária os problemas de pobreza, desemprego e opressão.”

Quando as mulheres negras sertanejas se colocam nos espaços públicos de reivindicação, muitas vezes são levadas ao descrédito ocasionado pelo racismo e machismo - e as vozes que insistem em romper o silêncio são na maioria das vezes silenciadas por sua história, trajetória e lugar no mundo. São mulheres que assumem uma sobrecarga de trabalho diariamente, assim também como as cobranças internas e externas, percebidas e muitas vezes presentes nas suas subjetividades.

A maioria das mulheres negras de Lagoa Rasa não completaram o ensino médio. Dentre tantas, são muitas as que não concluíram o ensino fundamental; percebo, nesse contexto, como o direito universal que é a educação é negado a essas mulheres, que seguem em um âmbito de

²⁷ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/sob-bolsonaro-reconhecimento-de-quilombolas-cai-ao-menor-patamar-da-historia/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

²⁸ Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/>. Acesso em: 11 fev. 2021.

marginalização ao direito a terra, acesso a empregos formais, tendo de se submeter a empregos de empregadas domésticas que, em sua maioria, não se encontram dentro dos padrões de cumprimento legal das leis e direitos trabalhistas. Com isso são gerados novos espaços de opressão e racismo, onde essas mulheres passam por um novo momento de negação de direitos e subjugação. Na ausência real de outras oportunidades, as mulheres se submetem a essas condições nas quais são violentadas no âmbito do racismo, machismo e classismo, cotidianamente.

Quando as mulheres se organizam politicamente em suas comunidades é uma oportunidade de ecoarem a sua voz entre pares para o mundo, tendo em vista as redes de solidariedade e os potenciais possíveis a partir da auto-organização. Para Hooks (2019, p. 32) “o silêncio é geralmente visto como o ‘discurso correto de feminilidade’ machista – o sinal da submissão da mulher à autoridade patriarcal”. Contudo, defendo e endosso que em comunidades negras as mulheres ecoam suas pautas, ou seja, suas vozes podem ser ouvidas entre os pares - e o que elas buscam é um eco para além deste território.

As mulheres quilombolas sempre estiveram ocupando o espaço do trabalho, das decisões políticas no contexto da organização comunitária, constituem e na construção da comunidade, desde parir até bater os tijolos para o povo morar, resistindo e participando diretamente no papel da reprodução da comunidade. (Luciana França, Jovem Quilombola de Lagoa Rasa. Entrevista concedida em abril de 2017)

O diário de campo, com tantas linhas escritas com muito afincamento nos anos de 2015 – 2017 capturaram cenas de tantos cotidianos da comunidade Lagoa Rasa, desde as conversas com as crianças, quanto os dias ao lado das lideranças comunitárias. Me inspiro em Hooks (2019, p. 33) na forma com que ela traduz meu sentimento ao dizer que “escrever foi uma maneira de capturar, agarrar a fala e mantê-la por perto.” Várias vezes, ao chegar em casa, da comunidade, rapidamente transcrevia pedacinhos de conversas que hoje trago para essa análise de como essas mulheres vivem e constroem suas histórias individuais e coletivas.

Entre tantas nuances percebidas nos cenários de protagonismos sociais, políticos e negação de direitos, no campo de análise das Mulheres Quilombolas Paraibanas ou Mulheres Negras Sertanejas, analisamos que com o processo de emergência étnica, esse momento foi de suma importância para que essas mulheres assumam o papel político e de organização das comunidades em proporções crescentes. Afirmo que essa conjuntura propiciou a ocupação das mulheres negras no espaço público e político, resultando em maiores visibilidades e alcances da temática quilombola na sociedade.

Com os trabalhos de campo e a oportunidade de conhecer outras comunidades quilombolas na Paraíba por meio das ações de extensão do Gestar²⁹, assim como com os levantamentos bibliográficos, constato que a condição estritamente subalterna das mulheres negras vem sofrendo transformações, rompendo com o padrão histórico de invisibilidade e silenciamento.

Estamos frente a um momento de apresentação de novas formas de superação e formulação de espaços ocupados por essas mulheres, mesmo possuindo a consciência de que alguns espaços, ainda reproduzem com engessamento os tradicionais papéis de gênero sustentados pelo patriarcado. Durante a pesquisa, pude constatar que as mulheres quilombolas aumentaram a participação nas redes sociais, criaram perfis e mantêm um ritmo diário de publicações e interações relacionadas às temáticas quilombolas.

De acordo com Monteiro (2013) as lideranças das mulheres quilombolas na Paraíba também começam a ocupar as Associações Comunitárias durante o processo de emergência étnica nas comunidades, que ultrapassam os limites meramente administrativos e alcançam a expansão de pautas como a luta por terra, educação, saúde e melhores condições de vida. Essa politização bem como a formação dessas mulheres levam a concepção de que não é o bastante o Estado reconhecer a sua dívida histórica com o povo negro que vive no campo: é de suma importância a garantia das condições de permanência na terra.

Essa compreensão é refletida sobre as visões relacionadas à fundação do Estado brasileiro e como a interseccionalidade atravessa cotidianamente a realidade social, econômica e política. Na Paraíba, em 2013, as mulheres quilombolas estavam presentes na presidência de 71% das associações organizadas nas comunidades rurais negras. De acordo com Monteiro (2013, p. 116):

Cabe enfatizar que ser liderança comunitária independe do cargo ocupado, podem exercer essa função de forma histórica dentro das comunidades em que vivem. Essas mulheres estão à frente das associações das comunidades quilombolas de Gurugi, Mituaçu, Ipiranga, Paratibe, localizadas na Zona da Mata Paraibana; Caiana dos Crioulos, Pedra d'água, Grilo, Cruz da Menina e Sítio Matias situadas na região do Agreste Paraibano; Talhado Urbano, Serra do Talhado, Pitombeira, localizadas na região da Borborema. Mesmo quando não estão presentes no quadro administrativo das associações, as mulheres quilombolas participam de forma expressiva nas reuniões e nas tomadas de decisões das comunidades em que vivem, algo que pudemos presenciar nas nossas inúmeras idas a campo e nas entrevistas realizadas com as lideranças comunitárias.

²⁹ O “Gestar: Laboratório de Estudos do Território da Cultura e Etnicidade” é um grupo de pesquisa que tem como meta a formação de jovens pesquisadores, além do fortalecimento do PPGDH/UFPB. Seis linhas de pesquisa articulam-se na pesquisa, ensino e extensão no âmbito do grupo: Agroecologia, economia solidária e relações campo-cidade; Geografia Agrária e Movimentos Sociais no Campo; Sertão: territorialidades e representações; Território, Cultura e Poder Local; Educação Geográfica: teorias e práticas em educação popular; Segurança alimentar e políticas públicas. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/gestar>. Acesso em 13 jul. 2020.

As mulheres lideranças carregam consigo uma história constante de lutas cotidianas, que permeiam e atravessam as suas vidas, trajetórias de enfrentamento aos preconceitos sofridos, assumindo o papel de lideranças comunitárias e legitimadas por suas comunidades.

As lutas baseiam-se na busca de condições de permanência nas terras tradicionalmente ocupadas, contra a exploração do trabalho. Ressalto que essas mulheres além de manterem o cuidado com a terra e as relações produtivas, articulam e mobilizam as ações de parceria com entidades sociais e religiosas que dinamizam o cotidiano dessas famílias.

Durante este caminho da pesquisa, mantive a atenção intencional direcionada as trajetórias que compreendem a vida das mulheres negras que, por sua vez, possuem grande influência em suas comunidades, são fortes e determinadas, conduzem os eventos públicos e religiosos que possibilitam a participação de atores externos à comunidade. Desse modo, desenvolvem um contexto de aproximação com suas vivências e experiências, saem do espectro da visão folclorizada e se apresentam como sujeitas ativas e reprodutoras de suas vidas.

A trajetória feminista me fez perceber que o exercício cotidiano de enfrentamento e o ato de se manter viva frente as violências, carrega inúmeros traços de resistência feminista, mesmo essas mulheres em sua maioria não possuindo conhecimento sólido com o conceito teórico do feminismo, estas trazem suas vidas marcas de empoderamento e busca constante por autonomia dos seus corpos e vidas.

As mulheres negras sertanejas que constroem e mantêm a comunidade Lagoa Rasa se constituem em seus contextos como referências no que tange a articulação política e ao acesso a bens. Elas comunicam e contam de modo muito comprometido suas histórias de vida e reconhecem a exclusão constante relacionada a raça, gênero e classe que as condicionam ao desafio da sobrevivência em meio a subalternidade.

As narrativas apresentadas a partir das comunidades quilombolas de Catolé do Rocha-PB é a história contada majoritariamente por mulheres, o que põe em destaque sobretudo o papel da mulher quilombola nesses territórios de resistência, que possuem lugar, cor, gênero e várias especificidades que são constituídas por mulheres singulares e plurais. De acordo com Alberti (2015, p. 164):

A História oral é um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais em todas as camadas da sociedade. Nesse sentido, ela está afinada com as novas tendências de pesquisa nas ciências humanas, que reconhecem as múltiplas influências a que estão submetidos os diferentes grupos do mundo globalizado.

Quando tratamos com as memórias, sendo a memória individual e a coletiva, apresentadas por Halbwachs (2003, p.72) podemos pontuar que

[...] A memória coletiva contém as memórias individuais, mas não se confundem com elas – evolui segundo suas leis e, se as vezes determinadas lembranças

individuais também a invadem, estas mudam de aparência a partir do momento em que são substituídas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal. Examinemos agora a memória individual. Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente.

A evocação das memórias individuais e coletivas dessas mulheres, transmitidas nos contatos diários, nas salas das casas, no salão da associação comunitária, nos trajetos das estradas de barro, debaixo de um sol escaldante no sertão paraibano, pisando uma terra quente e árida. Por vezes reduzidas a infertilidade e ao esquecimento por parte dos setores da sociedade, promovem o ato da percepção de que essas mulheres conduzem as linhas da história da formação da comunidade de Lagoa Rasa, seus processos de trânsito para Zona Urbana quando as violências no campo rural atingiram os limites e os modos de vida caracterizados pelos laços de solidariedade, reconhecimento étnico e apropriação histórica das ocupações rurais.

Por fim, de acordo com Rosaldo (1974, p. 37) a “autoridade masculina podia ser mitigada e talvez reduzida quase a insignificância pelo fato das mulheres poderem possuir uma importante influência não formalizada e poder.” Não por acaso, reafirmo que todas as vivências durante os trabalhos de campo, visitas a comunidade, acompanhamento das atividades realizadas pelas organizações governamentais foram por meio da companhia das mulheres negras de Lagoa Rasa.

Considerações Finais

Este artigo apresenta uma discussão a partir dos olhares com relação as mulheres negras da Comunidade Lagoa Rasa, em Catolé do Rocha – PB. A trajetória da pesquisa possibilitou o aprofundamento da reflexão sobre a forma como as mulheres negras sertanejas tem se reinventado, tendo em vista, o contexto atual que estamos vivenciando.

Todas as percepções apontadas ao longo deste artigo foram produzidas e elaboradas pelo contato com mulheres negras sertanejas que ocupam e resistem nestas terras de uso de tradicional, assim também como lideram processos políticos, ocupam espaços públicos e são responsáveis pelas dinâmicas produtivas desses territórios, assim também como o acesso as redes sociais pessoais das mulheres da comunidade Lagoa Rasa e da Associação Comunitária.

Este percurso apresenta singularidades que apontam para um território que está configurado na esfera da negação e da resistência, cuja realidade social permeia a vida dos indivíduos, Alguns pontos colocam-se em destaque por meio da análise que temos realizado: as mulheres protagonizam os espaços, são responsáveis pela memória coletiva apresentada na oralidade, acumulam diversas

funções pessoais e públicas, suas histórias de vida demonstram a dinamicidade e os processos de reinvenção ao longo do tempo.

Nesse sentido, por intermédio dos elementos presentes nesta pesquisa, existe a constatação que apesar das violências sofridas por essas populações, elas não reagiram de forma apática, mesmo com os direitos alijados. Ao invés de sucumbir, diariamente demonstram formas de resistência às opressões sofridas pela cor da pele, pelo gênero e pelo lugar onde moram. Exemplo disso é a formação dos quilombos, tendo em vista que não houve por parte do Estado brasileiro mecanismos de integração da população negra na sociedade.

Considerando os estudos referentes as mulheres negras, notadamente pautada em autoras como Davis (1944), Hooks (1995) e Gonzalez (1982), as quais apresentam um cenário de subalternização das mulheres em detrimento do patriarcado, racismo, misoginia e preconceito de classe, podemos afirmar que as mulheres quilombolas das comunidades situadas em Catolé de Rocha se apresentam como protagonistas no processo de luta, elaborando diariamente novos espaços e formas de resistência.

A resistência dessas mulheres é materializada no espaço quilombola ao ocuparem papéis de liderança política em suas comunidades, ao tempo em que buscam quebrar com construções históricas que as colocam em uma posição de inferiorização e silenciamento. Portanto, as mulheres estiveram presentes continuamente nesse percurso assim também como seguem resistindo em seus territórios, denunciando os preconceitos de cor, gênero e classe, vivenciados diariamente nas dificuldades de acesso às políticas e garantia de direitos.

Diante desse cenário de ameaças e direitos negados, destaco e fortaleço a relevância das pesquisas que legitimam o histórico das comunidades quilombolas com suas formas organizativas e interações sociais. Foi com esse intuito de colaborar com essas investigações e dar visibilidade a essas comunidades que optamos por tratar dos quilombos do sertão que por muito tempo vivenciaram o contexto de invisibilidade.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Antropologia. **Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais**. Rio de Janeiro: 1994, p. 81-82.

ABREU, J.C. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Os Caminhos Antigos e o povoamento do Brasil. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1976.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno e. **Quilombolas e novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

_____. Os quilombos e as novas etnias. **In: O'Dwyer, Eliane Cantarino (org).** **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARRUTI. **Políticas públicas para quilombos - Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da Saúde. Contexto Quilombola. v. 3, nº 11, 2008.** Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=208&cod_boletim=12&tipo=Artigo. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. Morte e Vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, p. 57-94, 1995.

_____. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola.** Bauru: Edusc, 2005.

_____. Políticas públicas para quilombos - Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da Saúde. **Contexto Quilombola. nº 11, 2008.** Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=208&cod_boletim=12&tipo=Artigo. Acesso em: 15 jul. 2015.

_____. 1997. **Mocambo de Porto da Folha: Parecer Histórico- Antropológico para o Projeto Quilombos Terras de Preto (CETT/Ministério da Cultura convênio n. E132/96-SE).** 73ff.

BARRETO, A. K. B. de S. **No Eco da Voz: memória e identidade nas histórias de vida do quilombo do pau de leite.** Dissertação, (Mestrado em Letras), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2012.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. **In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-67.

_____. Grupos Étnicos e suas Fronteiras: In: Potignat, Philippe e STREIFF – Fenart, Jocelyn. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997. p. 185-227.

_____. “Introduction”. **In: Ethnic Groups and Boudaries.** London: George Allen e Unwin, 1969

BATISTA, M.R.R. E tinha uma índia pura no começo da Família: Exercício Etnográfico em torno de categorias identitárias em algumas comunidades Quilombolas na Paraíba. **Raízes**, Campina Grande, v. 31, n.2, Jul-Dez/, 2011.

BENJAMIN, Roberto Emerson Câmara. **Festa do Rosário de Pombal.** João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROZENDHAL, Z. (org.) **Geografia Cultural: um século (3).** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2002.

BOSI, A. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Constituição Federal. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASÍLIA. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica. Brasília: Presidência da República, [2003]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 13 jul. 2020.

CLAVO, B.D. **La Construcción De Una Identidad Quilombola La Comunidad Rural De Pau De Leite**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universitat de Barcelona, Barcelona, 2016. Disponível em: <http://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/106146/1/TFM%20Duran%20Clavo%20Beatriz.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2021

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n.1, p. 171-188, 2002.

_____. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era**. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

_____. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Editora Loyola, 1997.

GONZÁLES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOMES, R. A. Representações Sociais e Culturais da Qualidade de Vida entre famílias de agricultores. **Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 2, p. 261-272, Jul-dez, 2002.

GUSMÃO, N.M.M. de. Herança Quilombola – Negros, Terras e Direitos. In: BACELOS & CARDOSO (org). **Brasil: Um País de negros?** Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, S. **A identidade na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: D&PM, 2001. Disponível em: www.cefetsp.br/edu/geo/identidade_cultural_posmodernidade.doc. Acesso em: 15 jul. 2015.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

LEITE, I.B. **O Projeto Político Quilombola: Desafios, Conquistas E Impasses Atuais.** Florianópolis: Estudos Feministas, 2008.

MAIA, K de F; CUNHA, L. H. “Narrativas” sobre a grande propriedade do Sertão Nordeste: Território da pecuária, do latifúndio e das Oligarquias. Raízes, Campina Grande v. 35, n. 2, p. 83-100, jul-dez, 2015.

MARACAJÁ, M. S. L. RODRIGUES, M. de F. F. **Resistência negra na Paraíba: um debate sobre o cientificismo racial no Brasil a partir do século XIX.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15., São Paulo. **Anais [...]. São Paulo**, Universidade de São Paulo, 2008.

MARQUES, A. C. N. **A marcha dos Potiguara de Três Rios: Significados e Práticas sociais de um grupo étnico.** In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15., São Paulo. **Anais [...]. São Paulo**, Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguara da aldeia Três Rios.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

MINAYO, M. C. de S. DESLANDES, S. F. GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, 28. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORAES, A. C. R. **Território na Geografia de Milton Santos.** São Paulo: Annablume, 2013.

MOREIRA, Emilia. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, R. **Formação do Espaço Agrário Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, insurreições e guerrilhas**. Rio de Janeiro: Conquista, 1972

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB - RJ, 05/11/03. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/3474693/UMA-ABORDAGEM-CONCEITUAL-DAS-NOCOES-DE-RACA-RACISMO>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 13-42.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamentos e Conflito de Classe**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, R.C. **O trabalho do Antropólogo**. Brasília: Editora Unesp, 2006.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ed. Atica, 1993.

RATTS, A. J. P. A geografia entre as aldeias e os quilombos – Territórios etnicamente diferenciados In: ALMEIDA, M. G. de; RATTS, A. J.P (Orgs). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

REIS, R. R. O direito à terra como um direito humano: aluta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 86, p. 89-122, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452012000200004&script=sci_arttext. Acesso em: 15 jul. 2015.

RODRIGUES, M. de F. F. Tem Truká na Aldeia: Narrativa de um Trabalho de Campo na Ilha de Assunção, Cabrobó-Pe. **Revista OKARA: Geografia em Debate**. v.1, n.1, p. 101–117, 2007.

_____. **Paisagens, geossímbolos e dimensões da cultura em comunidades quilombolas**. Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 103-121, mai-ago, 2011.

ROSALDO, M , LAMPHERE, L. A mulher, a cultura e a sociedade. São Paulo: Paz&Terra, 1979.

SANTOS, B. de S. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, B. de S. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. In: **Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: “Um discurso sobre as ciências” revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, M. **Território e Sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004b.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987

SANTOS, N.C. da C. **Identidade dos remanescentes de Quilombolas da Comunidade**

Contendas: Desafio e Perspectivas – 2016, 24p. UEPB. Disponível em:

<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11321/1/PDF%20-%20Noelma%20Cristina%20da%20Costa%20Santos.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, Anicleide de. **Nas veredas do sertão: histórias de vida familiar de escravos no sertão paraibano (vila federal de Catolé do Rocha, 1830-1860)**. Monografia (Licenciatura em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/xviiieeh/xviiieeh/paper/viewFile/3272/2759>. Acesso em: 25 mai. 2018.

SOUSA, Vivianne de. **Mama África: os quilombos do sertão e as lutas das mulheres das comunidades negras de Catolé do Rocha – PB**. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUSA, Vivianne. **Comunidades Quilombolas em Catolé do Rocha (PB)**: Relatório da Pesquisa de Campo. 67 f.

QUEIROZ, M.I.P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 1991.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UnB, 1997.